

NOSSA HISTÓRIA

Os Centros Regionais de Referência (CRR) são parte das estratégias de prevenção no âmbito do programa federal *Crack: É Possível Vencer*, e compõem as ações lideradas pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD/MJ). O objetivo dos CRR é atuar em territórios específicos, onde existem fatores de vulnerabilidade relacionados ao uso abusivo de drogas, oferecendo - em parceria com instituições de ensino superior – capacitação para os profissionais da rede integral de atenção aos usuários de drogas, dentre eles profissionais de saúde, educação, segurança pública, assistência social e justiça.

O Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Universidade de Brasília, campus Ceilândia (CRR/UnB/FCE), foi implantando em 2013 com a missão de capacitar os profissionais de quatro municípios da região do entorno do Distrito Federal: Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, caracterizados por grande vulnerabilidade relacionada ao uso e ao tráfico de drogas.

ATIVIDADES NOS ÚLTIMOS ANOS

Durante seus dois anos de atuação, o CRR/UnB/FCE já capacitou mais de 500 profissionais como: assistentes sociais, agentes comunitários de saúde, professores, policiais, médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, psicólogos. Foram ministrados cursos em 5 cidades do entorno do Distrito Federal: Águas Lindas de Goiás, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Brazlândia (este último, somente em 2013). As atividades envolveram 44 serviços da rede integral e diversas esferas de gestão: desde a municipal até estadual.

O fim das atividades do módulo 2014 - 2015 de cursos acontecerá de maio a junho com um *Seminário de Encerramento*, que consistirá em um espaço de discussão ampliada dos conteúdos debatidos ao longo de 2014 com destaques para alguns aspectos que os próprios profissionais dos municípios indicaram como prioritários. Serão convidados profissionais renomados, de acordo com o tema escolhido por cada município, para serem facilitadores deste processo final de aprendizagem.

“A intenção é que as relações construídas com os profissionais e os diferentes serviços continuem e evoluam de maneira a tornar a rede de atenção integrada, solidificada e em constante expansão...”

O CRR/UnB/FCE, portanto finaliza suas atividades deste módulo com efetividade através dos seminários e continua aberto para assistência aos profissionais e serviços que o demandarem mesmo depois desse período. A intenção é que as relações construídas com os profissionais e os diferentes serviços continuem e evoluam de maneira a tornar a rede de atenção integrada, solidificada e em constante expansão para o melhor cuidado das pessoas em sofrimento pelo abuso e a dependência de álcool e outras drogas.



Profissionais em formação pelo CRR/UnB/FCE

NOSSO LIVRO

Em abril, a Equipe do CRR/UnB/FCE teve a satisfação de lançar seu primeiro livro: *Desenvolvendo e Articulando o Conhecimento para o Cuidado das Pessoas em Sofrimento pelo Uso de Drogas em Contextos de Vulnerabilidade*. O livro apresenta um pouco das ações e conhecimentos produzidos pela equipe do CRR/UnB/FCE e de outros colaboradores. Segundo a coordenadora da equipe, a Professora do curso de Terapia Ocupacional da UnB-Ceilândia, Dra. Andrea Gallassi, o material foi produzido “motivado pelas constatações vividas no cotidiano de trabalho junto às equipes de saúde, assistência social, educação e segurança pública dos territórios que compõem a região de fronteira entre o Distrito Federal e o estado de Goiás, em relação à necessidade de oferecer possibilidade de reflexão sobre um tema constantemente invadido por mitos e equívocos”.



“... *Necessidade de oferecer possibilidade de reflexão sobre um tema constantemente invadido por mitos e equívocos.*”
—
Professora Dra. Andrea Gallassi

O livro traz conceitos teóricos sobre drogas, modelos de intervenção para diferentes populações e necessidades, além do panorama nacional sobre a política de drogas brasileira, tais como: o abuso de drogas no ambiente de trabalho, prevenção do uso de drogas por adolescentes, abordagem junto à população em situação de rua, e outros. Apresenta linguagem acessível, de aplicabilidade prática e, portanto, é recomendável a qualquer pessoa interessada no cuidado das pessoas em sofrimento pelo uso de álcool, crack e outras drogas.

Agradecemos a oportunidade de compartilhar ao longo de 2014 e 2015 a formação para um melhor cuidado junto às pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.
Estaremos sempre à disposição.

Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. E como organizar um CAPS na minha cidade? Há alguns critérios a seguir para que se possa organizar um CAPS em sua cidade:

- Primeiro, verifique se sua cidade de fato precisa de um CAPS, isto é, se ela tem mais de 20.000 habitantes e não dispõe de outros recursos assistenciais em saúde mental, como ambulatório, oficinas terapêuticas, centro de saúde com equipe de saúde mental, equipes de saúde mental na rede básica.
- Procure conhecer as normas técnicas que se aplicam aos CAPS, especialmente as portarias 336, 189 e 816 (esta última sobre os CAPSad), de 2002. Busque ler textos e artigos sobre a experiência dos CAPS, e mesmo entrar em contato com algum serviço já existente, próximo de seu município.
- Todo o processo deve começar pela coordenação municipal de saúde mental. A iniciativa de criar um CAPS é do gestor municipal. Ele deve consultar a coordenação estadual de saúde mental e avaliar a disponibilidade orçamentária, existência de recursos humanos etc.
- O processo de cadastramento de um CAPS segue um caminho:
 - 1) Implantação efetiva do CAPS;
 - 2) Encaminhamento da proposta à Secretaria de Estado da Saúde;
 - 3) Aprovação na Comissão Intergestores Bipartite;
 - 4) Encaminhamento ao Ministério da Saúde para homologação e cadastramento.
- Os municípios menores, com população abaixo de 20.000 habitantes, não necessitam de um CAPS, mas devem ter um serviço de saúde mental, articulado com a rede básica de saúde (por exemplo, Programa de Saúde da Família). Para maiores informações telefone para a Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde: 61-33068144 ou escreva: saudemental@saude.gov.br

Supervisão: Prof. Dra. Andrea Gallassi

Colaboradoras do mês: Daniela Ketlyn e Flávia Virgínia